



PROGRAMA DE GOVERNO DO PSOL NAS ELEIÇÕES 2014

Professor Robério Paulino - Governador 50

Ronaldo Garcia - Vice Governador

Um plano de profundas transformações sociais e econômicas para Rio Grande do Norte

1) A DURA REALIDADE EM QUE ESTAMOS. SUPERAR NOSSO ATRASO ECONÔMICO E SOCIAL HISTÓRICO.

O Rio Grande do Norte, apesar das suas imensas potencialidades econômicas, do grande valor e da inteligência do seu povo, da beleza do seu litoral, apesar da riqueza aparente expressada pelo luxo de seus shoppings e grandes espigões, vive uma situação de grande atraso social, ostentando alguns dos piores indicadores sociais do país. Na educação, temos alguns dos municípios com menor IDEB do Brasil, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que mede a qualidade da educação nas escolas da rede pública e privada. Em pleno século XXI, ainda temos quase 20% de analfabetos formais, fora o analfabetismo funcional, o que nos envergonha. Muitas escolas estão sem manutenção há anos. Os professores ganham um dos menores salários do país.

A UERN não tem verbas fixas, ar condicionado nas salas e muitos campi estão com construções interrompidas e paralisadas há anos. Na área da segurança, o estado foi o que teve o maior crescimento da violência e homicídios por cada 100 mil habitantes de 2002 a 2013 entre todos os estados do Brasil, o que leva insegurança permanente às suas cidades e habitantes, especialmente à sua população mais pobre e das periferias, onde jovens pobres e negros são assassinados com frequência.

O sistema de saúde pública está sucateado ou em colapso. Os hospitais regionais foram praticamente abandonados, com equipamentos quebrados, e os hospitais, como o Walfredo

Gurgel, vivem superlotados, com dezenas de doentes nos corredores. Tanto a capital como a maioria das cidades quase não têm saneamento básico, vivendo em cima de fossas sépticas ou rudimentares; em muitos bairros o esgoto corre a céu aberto.

No sertão, a seca de 2012 matou aproximadamente 40% do rebanho bovino, um imenso prejuízo econômico para o estado e um grande sofrimento para os animais e famílias. Os governos estadual e federal só tomaram medidas paliativas. Neste ano de 2014, como os açudes e barragens tomaram pouca água, muitas cidades vivem racionamento ou colapso de abastecimento hídrico, o que pode se agravar neste próximo verão. Muitas áreas do nosso semiárido estão ameaçadas de desertificação. Na área dos transportes, na região metropolitana, as mobilizações de junho de 2013 já demonstraram o imenso descontentamento dos usuários com um transporte velho e caro.

Sem opção, as cidades se enchem de carros, aumentando os engarrafamentos e a perda de tempo. Na economia, apesar das grandes vantagens naturais, o estado se atrasa, perde gradativamente sua indústria tradicional e vem se transformando principalmente num simples polo de serviços e exportador de produtos primários, como frutas, sal, castanhas etc., como no passado colonial.

Mesmo na área da energia eólica, de grande potencial no estado, as usinas, como estão sendo implantadas, funcionam como quistos dentro da economia, deixando exíguos benefícios ao estado. Isso porque todas as peças são importadas, nada é fabricado aqui, além de que geram pouquíssimos empregos quando em operação. As empresas ganham muito, o estado e a população muito pouco.

A Zona da Mata litorânea, que poderia produzir alimentos, continua com a monocultura da cana, na mão de grandes grupos usineiros/latifundiários, como se estivéssemos ainda no período colonial. Com tudo isso, temos ainda uma imensa concentração de renda, de riqueza e de terra em nossa terra.

A máquina pública não funciona ou é muito lenta quando é para servir à população. O estado vive um caos de gestão e o sucateamento proposital dos serviços públicos, feitos para justificar a sua privatização. Intencionalmente, seja no estado, seja nas prefeituras, não se fazem concursos, para que os grupos políticos possam lotear a máquina pública através de milhares de cargos comissionados, alimentando as práticas fisiológicas, clientelistas e nepotistas.

Toda essa situação decorre de que os governos e os parlamentos do estado são historicamente dominados pelas velhas famílias oligárquicas, associadas aos grandes e mesquinhos grupos empresariais, que também não têm qualquer preocupação com a situação social da população, mas apenas com seus negócios. Usam a máquina pública não para atender o povo, mas apenas para promover seus interesses. O melhor exemplo é a construção da Arena das Dunas, para sediar apenas quatro jogos da Copa do Mundo, que vai deixar uma dívida de quase 1,5 bilhão ao estado, tendo servido para transformar em bilionárias as empresas que construíram esses estádios.

Para superar o histórico atraso social e econômico, superar a ignorância e a analfabetismo, recuperar os serviços públicos de educação, saúde, segurança, mudar completamente a política hídrica, a primeira tarefa é tirar o estado do controle dessas velhas famílias

oligárquicas e grandes grupos econômicos, seus sócios, e fazer um governo com os trabalhadores e o povo, baseado na mobilização popular para impor as medidas necessárias.

Nosso governo será marcado pelo APELO CONSTANTE À PARTICIPAÇÃO E À MOBILIZAÇÃO POPULAR, pela busca da superação do nosso atraso histórico, pela quebra das velhas estruturas sociais que mantêm a ignorância em nosso estado e entre nosso povo, na cidade e no campo, e pela aceleração do desenvolvimento econômico, tecnológico, social e cultural, com uma grande sensibilidade em relação à questão ambiental.

2) LUTAR PARA MUDAR A POLÍTICA ECONÔMICA E SOCIAL NO PAÍS

O atraso econômico e social do Rio Grande do Norte, como do restante do Nordeste, não é um acaso. É a estrutura construída historicamente desde os tempos coloniais para garantir o poder das velhas famílias oligárquicas e das elites empresariais. Por isso, a transformação não poderá ocorrer somente aqui. Para começar uma verdadeira transformação do estado, precisamos enfrentar não somente as oligarquias locais, mas também lutar, juntamente com todos os trabalhadores e o povo pobre do país inteiro, para derrotar a atual orientação econômica e promover necessárias e profundas mudanças estruturais na economia e na sociedade. Hoje, a situação é de submissão aos interesses do capital financeiro, nacional e internacional.

A dívida pública é um sistema para desviar os recursos públicos para o setor financeiro todo ano. Cerca de 45% do orçamento nacional é destinado ao pagamento da dívida pública, em detrimento da saúde, da educação, transporte, moradia, etc. Todo esse dinheiro, se usado para programas sociais, acabaria com a miséria e a pobreza no país em pouco tempo. Nosso governo lutará por uma inversão completa das prioridades da política econômica. Isso começa pela SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA, salvaguardando os pequenos poupadores, e UMA AUDITORIA DA DÍVIDA, como foi feito no Equador.

Vários estudos revelam que quem mais paga impostos no Brasil são os pobres e a classe média, enquanto os ricos pagam percentualmente muito menos. Segundo uma pesquisa do IPEA de 2010, quem ganha até dois salários mínimos tem 48,9% do rendimento comprometido com os impostos, enquanto quem tem renda superior a 30 salários mínimos paga somente 26,3% de sua renda de impostos. Isso porque a maior parte da carga tributária incide sobre o preço dos produtos e não sobre os altos lucros, as altas rendas e as grandes fortunas, como ocorre nos países mais desenvolvidos. Defendemos por isso uma REVOLUÇÃO TRIBUTÁRIA, que taxe mais os grandes bancos e as grandes fortunas no país e alivie para a população pobre e a classe média.

A política de privatização dos governos do FHC nos anos 1990, continuada pelos governos do PT sob nova roupagem, transferiu um enorme patrimônio público e um grande poder econômico ao setor privado e diminuiu a soberania do país. Empresas e recursos estratégicos foram privatizados total ou parcialmente. Para mudar a estrutura de poder é necessário DESPRIVATIZAR AS EMPRESAS PRIVATIZADAS, para que, buscando a eficiência nestas empresas, os serviços e recursos estratégicos sejam usados em prol da população, e não somente para o lucro de uma pequena minoria.

Uma parte fundamental da estrutura de poder no país é o controle sobre as terras. A metade da terra no país está nas mãos de menos de 2% dos proprietários. A agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos consumidos no país, representa 85% das propriedades, mas ocupa somente 24% das terras, enquanto as grandes propriedades do agronegócio só produzem para exportação. Todos os países no mundo que conseguiram se modernizar e avançar socialmente fizeram sua reforma agrária; o Brasil é um dos poucos que não fez essa tarefa tão básica, mantendo a concentração de terras como na época colonial. Para chegar à raiz da desigualdade no campo, garantir segurança alimentar e fazer uma transformação ecológica da produção agrária, faz-se necessária UMA VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA, sob o controle dos movimentos sociais, do que voltaremos a falar.

3) UM OUSADO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SUSTENTÁVEL PARA O ESTADO

Para superar o nosso atraso social e econômico secular, é preciso pensar de forma ousada, fazer um PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL para vários anos, incentivar a industrialização e o desenvolvimento tecnológico, baseados nas potencialidades econômicas regionais, para o que apresentamos apenas algumas ideias aqui. A primeira questão é romper com a atual política econômica dos governos federal e estadual, de continuidade do neoliberalismo, que comprime os gastos sociais para pagar a dívida pública aos banqueiros e só beneficia as grandes empresas, o agronegócio, os ricos de país, ponto que já abordamos.

Em segundo lugar, é preciso mudar a orientação equivocada de subordinar o desenvolvimento à lógica limitada de atração de empresas privadas externas, através da concessão de incentivos fiscais. É possível CONSTRUIR NOSSAS PRÓPRIAS EMPRESAS, para o que há tecnologia e inteligência no estado. Em terceiro lugar, não podemos ser produtores e exportadores exclusivamente de produtos básicos ou exportar quase *in natura* apenas frutas, sal, camarão, castanhas etc. Propomos INDUSTRIALIZAR EM LARGA ESCALA, seja para consumo da população, para a merenda escolar, para os restaurantes populares e mesmo para exportação, AS POLPAS DE FRUTAS REGIONAIS E PRODUTOS DERIVADOS, COMO MANGA, CAJÁ, CAJU, ETC. que têm hoje em dia grande parte da sua safra apodrecida no chão. Nada mais vai ser perdido.

Isso também exigirá o PLANTIO DE MILHÕES DE NOVAS ÁRVORES, nativas e frutíferas, de forma mais planejada, levando em conta os condicionantes ambientais. Propomos também iniciar estudos para PRODUZIR NO ESTADO TUDO AQUILO QUE POSSA SER FABRICADO AQUI, no caso de haver tecnologia e demais recursos para isso. Não tem sentido o estado importar quase 100% de fraldas descartáveis, sabonetes, cremes dentais, shampoos, sucos em caixa, remédios básicos e até barrinhas de cereais, que poderiam ser fabricados aqui.

Na área de energias alternativas, eólica e solar, pensando no aspecto ambiental, incentivaremos a INSTALAÇÃO DE GRANDES USINAS SOLARES, além das eólicas, mas com desenvolvimento de indústrias de componentes para essas usinas no próprio estado. O futuro da energia eólica será instalar grandes usinas *off shore*, ou seja, no mar, para reduzir o impacto ambiental em solo. Propomos implantar no estado uma INDÚSTRIA PARA PRODUZIR EM GRANDE ESCALA PLACAS COLETORAS DE ENERGIA SOLAR, com tecnologia já disponível na UFRJ e na UFRN. Levando em conta também a necessidade da saúde do estado, nossa proposta é construir um LABORATÓRIO ESTADUAL PÚBLICO DE MEDICAMENTOS, para produzir remédios

essenciais para a população e a rede pública de saúde do estado. É possível também iniciar os estudos para a instalação de uma INDÚSTRIA DE VEÍCULOS ELÉTRICOS PARA TRANSPORTE COLETIVO E PEQUENOS AUTOS, colocando o Rio Grande do Norte na dianteira neste terreno. Esse é o futuro do transporte.

Queremos transformar o Rio Grande do Norte num POLO TECNOLÓGICO, construindo ou atraindo empresas ou laboratórios de tecnologia. Buscaremos PARCERIAS INTERNACIONAIS, PARA O QUE PROPOMOS ENVIAR UMA CENTENA DE OBSERVADORES AO ESTRANGEIRO logo no início do governo. Exemplos como o Instituto Internacional de Neurociências e o Instituto de Cérebro serão muito incentivados em nosso governo.

Para isso, é necessário DESENVOLVER E CONTROLAR A INFRAESTRUTURA. Uma das medidas é discutir com o governo federal iniciar a DUPLICAÇÃO DA BR 304, que liga Natal a Mossoró, e estudar a RECUPERAÇÃO OU REIMPLANTAÇÃO DE UMA MALHA FERROVIÁRIA no estado no médio prazo. Como precisamos do fornecimento seguro de energia, propomos A REESTATIZAÇÃO IMEDIATA DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA OU CRIAÇÃO DE UMA NOVA EMPRESA ESTADUAL DE ENERGIA, para baixar o preço das tarifas para a população mais pobre e também para dar conta, o que não ocorre hoje, da ligação e captação da energia das usinas eólicas, das novas usinas solares e da instalação de novas empresas, que cresceriam rapidamente no estado.

Para dar suporte a tudo isso, necessitaremos criar um BANCO ESTADUAL DE FOMENTO ao desenvolvimento, com gestão moderna, profissional, sem corrupção e com controle dos trabalhadores, voltado a apoiar especialmente os empreendimentos que contribuam com o desenvolvimento econômico, mas especialmente que tenham cunho social e preocupação ambiental. Todo esse planejamento e essas empresas precisarão ter o CONTROLE DEMOCRÁTICO DA POPULAÇÃO E DOS TRABALHADORES.

Como o TURISMO é um setor de grande importância para a economia do estado, que traz renda e gera milhares de empregos, queremos dar-lhe especial atenção e incentivos do estado à área, com uma grande campanha promocional no país e no mundo, mas com a condição de que se combata o turismo sexual, passando a desenvolver e estimular o turismo de caráter cultural, além da elevação dos salários no setor, hoje muito baixos, e com um plano de qualificação dos trabalhadores.

Nossa visão de desenvolvimento não é, entretanto, aquela de setores do grande empresariado, que entende como condição de desenvolvimento rebaixar os salários e as condições de trabalho, com o argumento de redução de custos e aumento da competitividade. Não queremos ser iguais à China. Podemos alcançar um maior desenvolvimento, buscando eficiência, mas elevando significativamente os salários, melhorando as condições de trabalho, colocando a produção a serviço da população e não exclusivamente do lucro e fazendo crescer o índice de desenvolvimento humano, a educação e a cultura de nosso povo, além de estimular a participação e o controle dos trabalhadores sobre as empresas.

4) ACABAR COM O ANALFABETISMO EM 8 ANOS. UM CHOQUE DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO.

Tanto nosso passado de segregação, como o descaso e a mesquinhez das arrogantes oligarquias e elites capitalistas nos deixaram uma grande carga de ignorância. É mais fácil controlar um povo sem educação. Temos ainda quase 20% de analfabetos no estado, uma chaga que nos envergonha em pleno século XXI. Nossa proposta é realizar UM GRANDE MUTIRÃO NO ESTADO PARA ACABAR COM O ANALFABETISMO EM 8 ANOS, como fizeram países como Japão, Coreia do Sul, Cuba e outros, como condição para avançar socialmente. Todas as pessoas nesta condição serão identificadas e receberão alguma forma de incentivo do estado, possivelmente uma pequena bolsa, para voltarem a estudar. Nessa grande mobilização, devem estar envolvidos o governo do estado, as universidades, os professores, as prefeituras. As prefeituras que, com o apoio do estado, acabassem primeiro o analfabetismo ganhariam como prêmios a instalação de ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL, que seriam inseridas paulatinamente em todo o estado.

Na verdade, precisamos dar um CHOQUE DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO, com RECUPERAÇÃO DE TODAS AS ESCOLAS. Isso não se faz sem valorizar a peça central desse plano que são os educadores, por isso será necessária a ELEVAÇÃO PROGRESSIVA E SIGNIFICATIVA DOS SALÁRIOS DOS PROFESSORES E DEMAIS EDUCADORES, para manter e atrair os melhores profissionais que saem das universidades para a as salas de aula. Propomos também uma campanha para atrair bons professores do restante do país e do mundo para lecionar no RN. É possível construir ACORDOS COM AS UNIVERSIDADES PARA QUALIFICAR A FORMAÇÃO E RECICLAGEM DOS PROFESSORES.

Educação se faz com encanto e motivação, como dizia Paulo Freire. A proposta é instituir PROGRAMAS CULTURAIS EM TODAS AS ESCOLAS, com salas de cinema, teatro, concursos de leitura, reaparelhamento das bibliotecas etc. Para produzir livros e materiais escolares complementares, é possível criar uma EDITORA PÚBLICA do estado. Propomos também a distribuição de centenas de prêmios para os melhores alunos das escolas públicas, como viagens nacionais e internacionais, equipamentos para as melhores escolas, etc., como forma de incentivo à elevação da qualidade do ensino.

Prioridade à educação, no entanto, só se faz com dinheiro, não com discursos e promessas eleitorais. Por isso, no governo, proporemos que no ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO SE DESTINE NO MÍNIMO 25% DOS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO. O controle da educação pelos próprios trabalhadores de setor é essencial. Por isso, defendemos que todo o PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO seja discutido em CONGRESSOS DEMOCRÁTICOS DOS EDUCADORES, com delegados eleitos nas escolas, e que os diretores das escolas, das DIREDS e os reitores das universidades sejam escolhidos em eleições diretas.

5) RECUPERAÇÃO DE TODA A REDE PÚBLICA DE SAÚDE E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

No Rio Grande do Norte, a saúde pública é um desastre. A rede básica está sucateada, os hospitais regionais sem condições de atendimento, os hospitais gerais, como o Walfredo Gurgel, superlotados, com doentes pelos corredores. Não adianta apenas trazer médicos se

eles não tiverem condições de resolver o problema no local, por falta de equipamentos e demais condições.

Infelizmente, a saúde no Brasil nunca foi um direito pleno do povo, mas deve ser. Desde o começo, oscilou entre o privilégio para alguns, a caridade e, mais recentemente, um grande negócio para os hospitais privados e convênios, que lucram com a doença do povo. Os governos sucateiam propositalmente o serviço público de saúde para obrigar as pessoas a caírem nas mãos dos convênios. É nosso dever reverter isso.

O PSOL, nas ruas e no governo, enfrentará a privatização e a destruição da saúde pública. Queremos uma saúde pública de qualidade, como existe em muitos países do mundo. O SUS é uma grande conquista, não foi um direito cedido, mas conquistado depois de muita luta social e não pode ser tratado apenas como um serviço de segunda classe, “para quem não pode pagar por um melhor”. Precisa ser um sistema de qualidade, universal, que atenda a todos, como em muitos países acontece.

Não é possível que na hora em que o ser humano mais necessita, ele seja abandonado pelo poder público. Quando ele precisa de um remédio e o posto de saúde não tem. Quando uma criança vai mal na escola, porque necessita de óculos e o pai não pode comprar, cabe ao estado ajudar. Não pode continuar a ocorrer que um cidadão perca um dente por que falta dentista no posto. Que alguém com sofrimento psíquico deixe uma família desesperada porque ela não tem a quem recorrer. Sabemos o quanto a demora de um exame pode significar o comprometimento da vida de uma pessoa. Isso tem que acabar.

Diante da falta de investimento e da precariedade dos serviços públicos, muitas pessoas buscam o serviço apenas em momentos de extrema necessidade. E quando necessitam, se deparam com hospitais precários. Conseguiremos desafogar a fila dos hospitais FORTALECENDO A REDE BÁSICA DO SUS, desde a unidade básica de saúde, o postinho, passando por centros de reabilitação, da saúde da mulher, do idoso, atendimento a saúde do trabalhador, saúde mental etc. Ou seja, é preciso MELHORAR A PORTA DE ENTRADA DO SISTEMA. A garantia da saúde pública deve ser uma prioridade de nosso governo. Além disso, a saúde deve ser pensada de forma integral. Não é suficiente investir apenas nos serviços públicos de saúde de qualidade, é preciso também garantir também saneamento, habitação segura etc.

É preciso mudar a lógica. Antes de curar e lucrar com a doença, é preciso EVITAR QUE AS PESSOAS FIQUEM DOENTES. Isso vai nos trazer uma imensa economia de recursos. Vamos priorizar os investimentos na SAÚDE PREVENTIVA, EDUCAÇÃO SANITÁRIA, PROFILAXIA, e fortalecer a qualidade dos hospitais estaduais existentes. Daremos atenção aos ambulatórios especializados. Propomos criar um LABORATÓRIO ESTADUAL DE PRODUÇÃO DE REMÉDIOS, como forma de baratear a produção pelo estado e distribuir gratuitamente aos usuários do SUS.

Com relação à melhoria no atendimento, consideramos fundamental a VALORIZAÇÃO SALARIAL DO SERVIDOR PÚBLICO, que nos últimos governos segue tendo seus direitos atacados. Precisamos ampliar a contratação de médicos e demais profissionais da saúde, através de concurso público e carreira de estado. Com isso, torna-se viável, por exemplo, estabelecer a carga horária de 30h para os profissionais de enfermagem, uma luta histórica da categoria. É fundamental garantir, também na carga horária desses profissionais, espaço para

estudo e para reuniões de equipe, além da formação continuada através de cursos de capacitação.

De imediato será preciso CONCLUIR AS REFORMAS DE HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE que há anos se arrastam. REABRIR AS PEDIATRIAS dos hospitais Santa Catarina, Dioclécio Marques de Lucena em Parnamirim e o Pronto Socorro do Hospital Maria Alice Fernandes; o Centro de Saúde Reprodutiva e o Centro Clínico do Servidor Estadual (ITEP). Assumimos o compromisso de não municipalizar os hospitais regionais e melhor equipá-los para proporcionar uma melhor assistência à população do interior, evitando superlotação dos hospitais da capital e de Parnamirim. Será necessário também reorganizar a assistência materno-infantil, com a criação ou reabertura de maternidades no interior do estado, com o mesmo intuito de evitar a superlotação do HSC e MJC e reduzir a mortalidade materna, que ainda é alta no estado.

Tudo isso que propomos realizar, e mais, não será possível enquanto a saúde for tratada apenas como um negócio, fonte de lucro para empresários. Por isso, a condição para realizar tudo isso é aumentar os investimento em saúde. Defendemos 10% das Receitas Correntes Brutas da União (RCB) para a Saúde, com recursos provenientes da auditoria da dívida pública brasileira; da revolução tributária progressiva; da taxação de grandes fortunas e da taxação sobre grandes movimentações financeiras.

SAÚDE DA MULHER

Atualmente encontram-se entre os maiores desafios do país na concretização de uma política de saúde integral às mulheres nossas altas taxas de mortalidade materna, problema diretamente relacionado ao aborto ilegal e inseguro, além do processo de feminização da Aids/HIV e a violência contra a mulher, que é essencialmente uma violência doméstica que se agrava com a violência institucional dos serviços públicos que deveriam ampará-la. Essas grandes problemáticas se desafrontam com o recorte racial que é frequentemente negligenciado. É preciso educação sexual para prevenir, contraceptivo para não engravidar e aborto legal e seguro para não morrer. Entendemos que a LEGALIZAÇÃO DO ABORTO É UMA QUESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA, evitando a morte de mulheres pobres, principalmente negras. Outro aspecto fundamental da saúde da mulher é a necessidade de garantir exame preventivo. O câncer no colo do útero mata 4.800 mulheres por ano e é algo que poderia ser evitado se todo ano fosse feito exame.

6) SEGURANÇA: CORAGEM PARA MUDAR O MODELO E ACABAR COM O MEDO COTIDIANO

O sentimento de falta de segurança está presente no dia a dia das pessoas e nos habituamos a viver com medo. O Rio Grande do Norte teve a maior alta de homicídios por 100 mil habitantes entre os estados brasileiros entre 2002 e 2013. Na capital e nas cidades do interior, ninguém se sente seguro. A política de segurança atual está equivocada e a prova é o crescimento da violência. As diversas mobilizações e greves das categorias relacionadas a esse serviço, o genocídio de jovens pobres e negros da periferia, revelam o tremendo descaso dos governos com a questão. A solução errada até hoje encontrada para a violência é mais violência, uma situação de guerra silenciosa utilizada como instrumento para criminalizar a pobreza e que não resolve o problema, só gera mais violência.

É necessário pensar a segurança de forma integral, combinada com a questão social, ou seja, melhorar as escolas, a saúde, criar empregos com melhores salários, esporte, cultura e lazer, enfim dar oportunidades de progresso social aos nossos jovens. Além disso, é necessário REDISCUTIR O MODELO MILITARIZADO DE NOSSAS POLÍCIAS, herdado da ditadura militar, para que elas passem de fato a ajudar, a dar segurança à população e não atemorizá-la, como muitas vezes ocorre hoje, dotando-as de equipamento moderno, TREINAMENTO HUMANITÁRIO, INTRODUZINDO NO SISTEMA ANTES DE TUDO A INTELIGÊNCIA E A PREVENÇÃO, além de criar um PLANO DE CARREIRA PARA OS SOLDADOS, com melhores salários e condições de trabalho e oportunidades de promoção, que a categoria justamente demanda.

Queremos outro modelo de polícia, que esteja a serviço da população, com conselhos de bairro, e que sirva para proteger e não se impor através do medo. Mas é preciso coragem para abrir com os próprios policiais o debate franco sobre a desmilitarização da polícia. Esse não é um debate contra os policiais, mas um tema que vem sendo cada vez mais discutido e defendido por organizações importantes como a própria ONU e inclusive por associações de policiais. Por outro lado, somos contra também que as polícias sejam usadas para reprimir manifestações e greves.

Nas delegacias, não há equipamentos suficientes para investigar, prevenir e solucionar crimes; há poucas viaturas e equipes insuficientes. É necessário reequipar as delegacias e chamar os concursados ou abrir novos concursos. Uma mudança radical nesse modelo passaria por coisas extremamente simples como GARANTIR MELHOR ILUMINAÇÃO E CÂMERAS NOS LOCAIS CENTRAIS E RUAS MAIS PERIGOSAS.

Defendemos também a CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, integrando esferas de Governo e Conselhos de Direitos Humanos, composto por movimentos sociais. Essa secretaria estará ligada a um Fórum Amplo composto por representantes dos municípios, universidades e entidades vinculadas ao tema.

7) A SECA TEM SOLUÇÃO. MUDAR RADICALMENTE A POLÍTICA HÍDRICA. FAZER A REFORMA AGRÁRIA PARA BAIXAR O PREÇO DOS ALIMENTOS.

Há uma visão equivocada do problema da instabilidade e fragilidade da nossa agricultura, a chamada visão hídrica, de que ela advém da pouca chuva no Nordeste ou de sua inconstância. É fato é que pela seca de 2012 a agricultura foi muito prejudicada, grande parte do rebanho morreu e várias cidades vivem em racionamento ou colapso de abastecimento de água. Mas o semiárido nordestino é um dos mais chuvosos do mundo, mesmo em anos mais secos. Os problemas são outros: em primeiro lugar está a concentração das melhores terras, na Zona da Mata e nas vazantes dos rios ou baixadas, na mão de poucas famílias, ou seja, as antigas estruturas fundiárias e sociais que não mudaram. O PROBLEMA NO NORDESTE NÃO É A SECA E SIM A CERCA.

A prioridade no estado e no país, com o apoio inclusive do governo federal do PT, não tem sido a agricultura de produção de alimentos para a população, mas sim o agronegócio, que só busca o lucro, sem qualquer preocupação social, o que torna os alimentos tão caros. Muitas terras também estão ociosas, servindo apenas como reserva de valor para as famílias mais

ricas. Ainda existem latifúndios de mais de 35 mil hectares no Rio Grande do Norte, ocupando as terras mais férteis do litoral. Por isso, em primeiro lugar, para baixar os preços dos alimentos, hoje em 90% importados de fora do estado, é preciso fazer uma REFORMA AGRÁRIA NO PAÍS E NO ESTADO, em propriedades acima de 500 hectares, prioritariamente os improdutivos. Não queremos tirar terra de pessoas, mas sim distribuí-la para milhares de pessoas, como foi feito em outros países, inclusive nos EUA, ou seja, dar uma função social à terra.

O segundo problema está no erro da política atual de armazenamento da água, feita através de açudes, barreiros e barragens. A água fica contaminada, sendo fonte de doenças para o gado e as pessoas, além de que, como estudos da UFRN comprovam, ela evapora em até 70%, um grande desperdício. As pequenas cisternas concedidas pelo governo federal são importantes, mas muito insuficientes para guardar toda a água possível e necessária para suportar os anos mais secos. Ou seja, o sistema atual é equivocado e mostra-se pouco eficiente no decorrer do ano. O sistema de adutoras é importante, mas não leva água às milhares de propriedades espalhadas por todo o território, apenas garante o precário abastecimento das cidades, em revezamento do bombeamento. APROVEITANDO A EXPERIÊNCIA DA ASA (Articulação do Semiárido) e experiências internacionais, nossa proposta é CONSTRUIR DEZENAS DE MILHARES DE CISTERNAS-CALÇADÃO DE PLACAS, DE ATÉ 100M DE COMPRIMENTO, em pleno sertão, nas próprias propriedades rurais, para armazenar a água da chuva limpa, para consumo humano, dos animais ou mesmo para irrigação. Os proprietários seriam beneficiados com essas cisternas desde que contribuíssem com o plantio de centenas de árvores frutíferas e nativas, dentro do programa de reflorestamento do estado.

Ao mesmo tempo, propomos uma experiência de APROVEITAR AS PRÓPRIAS RODOVIAS FEDERAIS E ESTADUAIS – depois de higienizadas a cada início do período chuvoso e descartados os primeiros minutos de chuva – COMO COLETORES, o que demandaria construir milhares de cisternas circulares de placas ao lado delas, que seriam colocadas sob a responsabilidade de pequenos proprietários próximos. A tecnologia para isso existe e tudo poderia ser construído em etapas, de acordo com a disponibilidade dos recursos, ao longo dos anos, em parceria com os pequenos proprietários familiares. Além disso, existem mais de 1600 POÇOS JÁ PERFURADOS E COM ÁGUA, MAS SEM PRODUÇÃO, QUE SERIAM POSTOS EM OPERAÇÃO JÁ NO INÍCIO DE NOSSO GOVERNO, além da escavação de muitos mais. Isso não é tão caro. Ao lado disso, é necessário RECUPERAR E MODERNIZAR NOSSA INDÚSTRIA DE CATAVENTOS, hoje abandonada, com modelos mais eficientes, para baixar os preços desse equipamento. Muitos POÇOS DA PETROBRÁS que descobriram água em vez de petróleo também poderiam ser aproveitados, numa parceria com essa empresa estatal.

As adutoras que bombeiam água do litoral para o sertão hoje pouco funcionam e o argumento é o alto custo da energia elétrica. Nossa proposta é USAR O EXCEDENTE DE ENERGIA ELÉTRICA DAS USINAS EÓLICAS PARA BOMBEAR ÁGUA EM GRANDE QUANTIDADE, DO LITORAL PARA O SERTÃO, em alta pressão e velocidade, no período chuvoso, quando a água é abundante e termina escorrendo para o mar. Isso exigiria construir RESERVATÓRIOS MUNICIPAIS APROPRIADOS, DE CIMENTO, EM TODAS AS CIDADES DO INTERIOR. Tudo isso para estabelecer uma POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA HÍDRICA. Soluções para a seca existem. Países em que chove muito menos que aqui, como Austrália e Israel, que têm grande parte de seu território como desertos, já resolveram essa questão. Nós também faremos. Tudo é uma

questão de inteligência e decisão de governar com e para o povo e não para os latifundiários e o agronegócio, como ocorre hoje.

8) DESMATAMENTO ZERO E PLANTIO DE MILHÕES DE ÁRVORES NO SERTÃO

O semiárido nordestino e potiguar vive um ameaçador processo de desertificação. Além do calor escaldante, já são vários os núcleos considerados pequenos desertos em nosso sertão. As cidades fervem, a água evapora, os rios e lagoas secam, as pessoas e os animais sofrem. Isso tem a ver com vários fatores. Em primeiro lugar, o tipo de agricultura praticada aqui durante séculos, primitiva, horizontal e que esgota a terra. O desmatamento indiscriminado para a agricultura ou para a pecuária leva a exaustão da terra, à lixiviação/lavagem da terra e ao assoreamento dos riachos, rios e lagoas.

Até pouco tempo não se entendia a importância das florestas, que eram tratadas como “mato” a ser cortado. Pouco sobrou da Zona da Mata e de outras florestas. O que resta em nosso sertão vem sendo queimado pelas centenas de olarias e cerâmicas primitivas espalhadas pelo interior, que fazem tijolos e telhas queimando a caatinga. É preciso dar um basta nisso e corrigir um erro de séculos.

Por outro lado, a desertificação é também fruto do aquecimento global do planeta, que está levando ao derretimento dos polos e das geleiras e à elevação do nível dos mares. Isso decorre do uso cada vez maior e irracional de combustíveis fósseis, nas indústrias e nos automóveis, como também das queimadas. É preciso agir enquanto é tempo, antes que desligue de vez o fusível da Natureza. Nossa proposta é PROIBIR QUALQUER NOVO DESMATAMENTO NO ESTADO, elevando o rigor da fiscalização e impondo pesadas multas aos desmatadores. Propomos também criar diversas NOVAS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL no estado. Por outro lado, iniciaremos o PLANTIO DE MILHÕES DE NOVAS ÁRVORES no estado, recuperando as florestas e os biomas, com arborização densa também das nas cidades. Isso é possível e muito barato, como vem mostrando a experiência do Projeto Plante Enquanto é Tempo, desenvolvido pela UFRN. Cada nova árvore ajudará a esfriar o clima e recuperar a fertilidade de nossa terra. Mas isso precisa ser combinado com a MUDANÇA DO MODELO DE TRANSPORTE, hoje baseado no automóvel. Faz-se, portanto, necessário tirar os carros das ruas, e INVESTIR PESADAMENTE EM TRANSPORTE COLETIVO DE MASSA COM QUALIDADE, PREFERENCIALMENTE ELÉTRICO, para que as pessoas possam deixar o carro em casa.

Quanto às OLARIAS, que empregam muita gente, nossa proposta é ajudar A CONVERSÃO DE TODA ESSA INDÚSTRIA PARA FORNOS COM TECNOLOGIA MAIS MODERNA, que não queimem carvão, de forma a paralisar o desmatamento. Mas não basta tudo isso se não houver educação da população, por isso faz-se necessário uma AGRESSIVA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL em todas as escolas e entre a população.

9) ASSISTÊNCIA SOCIAL E ALIMENTAÇÃO

A área de Assistência Social é uma área essencial para a redução da pobreza e da desigualdade social. Não somos contra os programas de transferência de renda do Governo Federal, como o Bolsa Família ou o Brasil Sem Miséria etc.; os criticamos por serem insuficientes e por serem

feitos de forma focalizada para os setores mais pobres, ao mesmo tempo em que se sucateiam os serviços públicos para todos. O Governo Federal dá como uma mão e tira dez vezes mais com a outra, ao retirar verbas da educação, da saúde, dos transportes, segurança, etc., para pagar dívida aos banqueiros.

Em nosso governo buscaremos ampliar os programas existentes e criar outros que sejam necessários. Nossa proposta é buscar uma **AMPLIAÇÃO SIGNIFICATIVA DO NÚMERO DE RESTAURANTES POPULARES**, para todas as regiões da capital e cidades onde isto seja possível, com fornecimento direto da agricultura familiar. Uma medida que já foi praticada em muitas cidades é o estabelecimento de **PONTOS PÚBLICOS DE VENDA DIRETA AO CONSUMIDOR DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**, que pode praticar preços mais em conta, evitando o custo dos atravessadores. Da mesma forma, propomos **MANTER E AMPLIAR O PROGRAMA DO LEITE** para distribuição às famílias mais pobres, assegurando preço mínimo aos produtores e instalação de uma **INDÚSTRIA ESTATAL DE LEITE EM PÓ**, para não perder o excedente de leite dos produtores, que hoje em grande parte vira soro e se perde, um absurdo em um estado tão pobre.

Outra medida imediata será **UM PROGRAMA DE MELHORIA SIGNIFICATIVA DA MERENDA ESCOLAR**, com compra direta da agricultura familiar e estudo para a instalação de **UMA PROCESSADORA ESTADUAL CENTRALIZADA DE MERENDA ESCOLAR**. Isso só se faz se houver elevação do valor/aluno/dia à merenda escolar no estado, que hoje não passa de R\$ 0,30, para até R\$ 0,80. Outra proposta, já citada acima, mas importante neste ponto, é a instalação de uma **INDÚSTRIA ESTADUAL DE MEDICAMENTOS**, a exemplo do que já ocorre em outros estados, como Pernambuco, para distribuição realmente gratuita de remédios.

10) REVOLUCIONAR OS TRANSPORTES E A MOBILIDADE URBANA

As manifestações de junho de 2013, que levaram milhões às ruas do país e também de Natal, com a Revolta do Busão, revelaram a insatisfação da população, especialmente da juventude, com a precariedade dos transportes nas grandes cidades brasileiras. Ônibus insuficientes, que demoram “séculos” para passar, velhos e com tarifas caras. Metrô superlotados e trens velhos, trânsito parado, um enorme sofrimento. Nesta situação, as famílias e pessoas, assim que podem, compram um carro em prestações e as cidades se entopem com engarrafamentos, o que implica desperdício de tempo e de outros recursos.

Há décadas, os governos lavaram as mãos com o transporte público, preferindo atender às empreiteiras na construção de viadutos e pontes e às fabricantes e revendedoras de automóveis. O caos se instala nas cidades brasileiras e na Grande Natal também. As obras de mobilidade da COPA 2014 em Natal só reforçam esse modelo equivocado de colocar mais carros nas ruas. Além disso, o aumento da frota de automóveis, por queimar combustíveis fósseis, contribui seriamente para o aquecimento global e a poluição das cidades, gerando problemas de saúde pública. Faz-se necessário inverter por completo o modelo de mobilidade urbana/humana, para que as pessoas possam deixar o carro em casa ou evitem comprar mais um.

O governo do PSOL se empenhará em conseguir **INVESTIMENTO MACIÇO EM TRANSPORTE COLETIVO DE MASSAS**, não poluentes, como **ÔNIBUS ELÉTRICOS**, com **TARIFA SOCIAL BAIXA** rumo à **TARIFA ZERO**, o que estudos da UFRN mostram ser possível; VLTs, BRTs etc. Isso só

seria possível com a CRIAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS DE TRANSPORTE, como já existe em muitas cidades. Além disso, propomos iniciar uma EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DESSES VEÍCULOS ELÉTRICOS E DE PEQUENOS AUTOS ELÉTRICOS AQUI MESMO, implantando uma pequena indústria, que vá crescendo paulatinamente. Temos inteligência suficiente em nossas universidades e a tecnologia para isso está acessível. Tudo isso envolverá discussões com o governo federal, exigindo dele uma elevação do aporte para o setor de transportes. Por outro lado, combinando a questão da mobilidade com o fator ambiental e a saúde pública, propomos discutir com as cidades e ajudá-las a implantar CICLOVIAS com coberturas verdes e resfriadores baratos para as pessoas, em todas as áreas urbanas do estado. Outra questão é a discussão com todos os envolvidos de um PLANO INTEGRADO DE TRANSPORTES PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL. Propomos também iniciar as discussões para a RECUPERAÇÃO OU REIMPLANTAÇÃO DE UMA MALHA FERROVIÁRIA EM TODO O ESTADO.

11) UM LAR PARA TODOS. É POSSÍVEL ZERAR O DÉFICIT HABITACIONAL EM 12 ANOS.

Apesar dos imensos e luxuosos prédios lançados em Natal todo mês, apesar do Programa *Minha Casa, Minha Vida*, o déficit habitacional no estado ainda é de 111.308 casas, segundo o IPEA. O Rio Grande do Norte e Sergipe são os únicos estados no Nordeste onde esse índice aumentou. Uma em cada nove famílias, 11,3%, vivem em casas precárias, em cortiços ou com aluguéis exorbitantes.

A luta por moradia tem sido uma das mais importantes no último período, colocando em contraste os gastos bilionários com os projetos da Copa. A especulação imobiliária tem elevado os aluguéis e esse componente é o que mais cresceu no déficit habitacional. Entre 2007 e 2012 passou de 22.663 para 44.015 a quantidade de domicílios que sofrem com ônus de aluguéis excessivos (que compromete mais de 30% da renda familiar) no estado.

O PSOL se compromete a COMBATER A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA que eleva os preços das casas e os aluguéis. Promover uma ELEVAÇÃO PROGRESSIVA ANO A ANO DO IPTU PARA TERRENOS OCIOSOS voltados à especulação. Moradia é um direito, não mercadoria. A propriedade precisa cumprir uma função social e não ser apenas reserva de valor.

Está claro que o programa federal *Minha Casa Minha Vida*, que principalmente garante lucros para as empreiteiras, não é suficiente para acabar com o déficit habitacional entre as famílias mais pobres. Propomos iniciar um AUDACIOSO PROGRAMA HABITACIONAL ESTADUAL, democraticamente discutido, trabalhando juntos com os movimentos por moradia, capaz de garantir uma moradia decente para quem não tem onde morar. Podemos constituir um FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR, que trabalhe em conjunto com o Banco Estadual de Fomento a ser criado, para garantir moradia a pessoas de baixa renda e realizar mutirões para reformar os domicílios que apresentam condições precárias, com ajuda do estado.

Nosso programa se apoiará em três pilares: organização da autoconstrução; ampliação das fontes e formas de financiamento e, criação da central de difusão de materiais e técnicas alternativas.

O governo fornecerá equipamentos e contratará cooperativas de trabalhadores para aportar à mão-de-obra complementar para a construção. Poderá construir, em todas as regiões, centrais

de produção e distribuição de materiais de construção, de projetos, técnicas construtivas e orientação gerencial.

As empreiteiras tem hoje um grande poder político através de doações aos grandes partidos e recebem de volta contratos milionários. Em nosso governo, cooperativas de trabalhadores, hoje desempregados (do servente ao engenheiro e arquiteto), serão contratadas para desenvolver e construir PROJETOS HABITACIONAIS INOVADORES E A BAIXO CUSTO, a exemplo do projeto alternativo de habitação à base de reciclados, elaborado pela UFRN e premiado internacionalmente.

Propomos resgatar o sentido de políticas públicas de habitação direcionadas para os setores mais pobres, que respondem pela parte mais substantiva do déficit habitacional no estado. AVALIAMOS QUE SERIA POSSÍVEL ZERAR O DÉFICIT HABITACIONAL EM 12 ANOS, se começamos um programa agora. Defendemos também a REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA GRATUITA PARA A POPULAÇÃO MAIS POBRE E ISENÇÃO DE IPTU PARA FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS.

Vamos priorizar a qualidade de vida nos municípios elaborando um forte programa de ampliação de infraestrutura, serviços públicos, saneamento, arborização nas cidades, etc.

12) MANIFESTAÇÃO E GREVE NÃO É CRIME, É DIREITO CONSTITUCIONAL

Ao mesmo tempo em que não atendem as demandas e não escutam a voz das ruas, os governos reprimem com dureza essas mobilizações e, desrespeitando a Constituição, querem transformar em crime os protestos sociais. As principais demandas que se podiam ler nos cartazes durante os protestos de junho no ano passado, e depois, são demandas de melhorias nos serviços públicos. Mas só teremos serviços públicos melhores valorizando o trabalho dos servidores. Porém, o que vemos por parte do governo Rosalba, bem como os outros governos que representam as velhas famílias e grandes empresas, é um total descaso com as demandas dos trabalhadores em geral e dos servidores públicos em particular, arrocho salarial e até não pagamento de parte do salário, como é o caso dos professores estaduais, que ainda não receberam a íntegra do 13º do ano passado.

Vivenciamos no último período uma onda de greves, com diversas categorias justificadamente exigindo compensação pelo aumento do custo de vida. Alimentos, tarifas e alugueis vem aumentando e a inflação atinge duramente aqueles de baixa renda. A resposta dos governos, surdos às demandas de junho de 2013, tem sido a criminalização dos movimentos sociais, incluindo as greves. Somente com muita luta tem sido possível forçar o governo à mesa de negociação.

O governo do PSOL se compromete a NÃO REPRIMIR AS GREVES E MOVIMENTOS SOCIAIS, estabelecendo uma relação de respeito com os sindicatos e valorização dos servidores, com MESAS DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTES. Os sindicatos serão parceiros fundamentais para mobilizar o povo trabalhador e conseguir a força suficiente para desafiar o poder das velhas famílias e das grandes forças empresariais conservadoras e implantar as transformações aqui propostas. Além disso, o PSOL defende também a CRIAÇÃO DE UM SALÁRIO MÍNIMO ESTADUAL, adaptado aos custos regionais, que possa ser elevado progressivamente, como

também O AUMENTO DO RIGOR NA FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO nas empresas que não respeitam os direitos trabalhistas.

13) DAR UM FUTURO À JUVENTUDE. DAR VOZ ÀS RUAS. DAR UM FUTURO AO MUNDO.

A juventude sofre na pele as consequências da crise social aguda que assola o país. Os milhares de cartazes nas ruas durante as jornadas de junho de 2013 mostraram a vontade de mudança e resgataram o papel transformador que os jovens podem cumprir. A juventude que sonha e quer um futuro melhor, para si e para o mundo, passa por diversos obstáculos. Atingida em cheio pelo desemprego, pela educação precária, ausência de cultura e lazer, ela torna-se alvo fácil e rapidamente transita para situações de risco. Atender às necessidades da juventude deve ser uma preocupação de todo governo, nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte, lazer etc.

O sistema de ingresso ao ensino superior é um muro invisível que separa a juventude que teve condições de pagar um ensino de qualidade até o segundo grau da juventude mais pobre, refém de uma educação gratuita, porém precária e insuficiente. Os jovens que não podem pagar bons cursinhos dificilmente conseguem ingressar na universidade pública, pois a concorrência é feroz e as universidades pagas são muito caras.

A gravidez na adolescência é um problema preocupante que, enquanto não for tratado sem tabu, não será resolvido. A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS é o único meio de prevenir uma gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis. Trabalhar a PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA e a paternidade consciente com fortes campanhas educativas na rede escolar e em outros espaços públicos.

Defendemos a criação de CENTROS DA JUVENTUDE COM TELECENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL, BIBLIOTECA COMUNITÁRIA, RÁDIO COMUNITÁRIA E ESTÚDIO MULTIMEIOS. Um espaço de educação popular não-formal, autogestionado e orientado ao fomento da mobilização popular e de prevenção da violência. Estímulo à CONSTRUÇÃO DE CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES em conjunto com as entidades estudantis, sindicais e universidades.

Buscar espaços públicos que possam contribuir nas políticas de ocupação da juventude, COMO PRAÇAS PÚBLICAS EQUIPADAS PARA PROJETOS DE CULTURA, QUADRAS PARA ESPORTE E ÁREAS DE LAZER. FOMENTAR A PRODUÇÃO CULTURAL LOCAL através de eventos que garantam espaço para bandas iniciantes, artistas plásticos locais, atores amadores, de rua etc.

Garantir O ACESSO GRATUITO A TODOS OS JOVENS ENTRE 14 E 24 ANOS EM EVENTOS CULTURAIS e esportivos através da simples apresentação da Carteira Estudantil. Garantia da EMISSÃO GRATUITA DE CARTEIRA ESTUDANTIL para todos os estudantes de escolas públicas que tenham sido aprovados no ano anterior.

Apoiar os CENTROS DE ATENDIMENTO PARA JOVENS DEPENDENTES QUÍMICOS, particularmente do crack e criar uma política de redução de danos com jovens usuários de drogas.

14) CULTURA E ESPORTE: VALORIZAR É INVESTIR

Como já apresentado em tantos outros pontos, não se valoriza nada sem se investir. No que diz respeito à cultura, é preciso estabelecer um FUNDO PRÓPRIO ESTADUAL DE CULTURA, e que ele seja cumprido. Para isso, propomos destinar 1% DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O SETOR. O incentivo ao setor privado para investir, através de renúncia fiscal, não é uma saída, pois perpetua o controle da cultura na mão dos empresários. Quem paga a banda escolhe a música, já diz a famosa frase. Em nosso governo, a própria categoria dos artistas decidirá, em grandes reuniões, como será a política para cultura, inclusive o planejamento orçamentário.

Para nós, um PLANO DE CULTURA PERMANENTE é importante de várias formas. No que tange à educação, a cultura cumpre um papel fundamental de estimular a criatividade, a expressão de ideias e sentimento e o pensamento crítico. Um Estado que investe em cultura está também investindo em uma população mais consciente. Além disso, precisamos valorizar a produção cultural já existente. Temos cordelistas, músicos, fotógrafos, poetas, escritores, e queremos mostrar isso para aqueles que visitam nosso Estado. É esse turismo que queremos investir, em contraponto ao turismo predatório, o turismo sexual. Podemos tornar o Rio Grande do Norte, para além de conhecido pela natureza, também por ser uma referência cultural brasileira.

Vamos criar CENTROS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA norteriograndense oferecendo infraestrutura, assessoria técnica, financiamento de projetos, capacitação de gestores, dentre outros serviços, aos Grupos Artísticos e Culturais que se mantêm na invisibilidade.

ESPORTE

De acordo com as nossas Constituições Federal e Estadual (RN), *é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um*. Apesar dessa obrigação estabelecida na lei maior, o que observamos em território potiguar é a ausência de uma Política para o Esporte. É inadmissível que praticamente inexistam apoio governamental ao surf local, modalidade que já elevou o nome do Estado por intermédio de vários talentos como Joca Júnior, Danilo Costa, Calunga, Marcelo Nunes e André Fagundes. Vale destacar a recente vitória do potiguar Jacson André, atleta natural da Vila de Ponta Negra, que bateu nove vezes o campeão mundial Kelly Slater, na etapa do WCT (primeira elite do surf mundial) em Santa Catarina, em 2010.

Com a escassez ou mesmo ausência de políticas públicas voltadas para o esporte, ganham lugar os vícios, inimigos mortais da saúde humana. Nesse sentido, merece destaque o devastador crack. Este vem promovendo uma verdadeira destruição, principalmente entre nossos jovens que, ante a ausência de ocupações saudáveis para suas vidas, mergulham de cabeça nesse vício.

O Estado do Rio Grande do Norte dispõe de um clima propício e uma geografia favorecedora para diversas práticas esportivas: futebol, voleibol, basquetebol, tênis, surf, corrida de aventura, atletismo, ciclismo, kitesurf, artes marciais, capoeira, bodyboarding, natação, handebol, futevôlei, dentre outras várias modalidades. O esporte traz diversos benefícios à saúde, servindo, inclusive, como instrumento de socialização em uma sociedade cada vez mais

individualizada. A prática esportiva ajuda na disciplina, na alimentação adequada, no condicionamento físico, no entendimento das regras, na formulação de estratégias de desempenho, só para citar alguns benefícios.

O Programa de Governo do PSOL para o esporte objetiva **PROMOVER A PRÁTICA ESPORTIVA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL E PROMOÇÃO À SAÚDE**, além de fomentar o esporte amador e profissional mediante as seguintes ações:

Construção de um **PLANO ESTADUAL DE ESPORTE**, com ampla participação da sociedade civil organizada (e não organizada, ajudando no processo de organização) na elaboração do diagnóstico participativo e nas demais etapas do plano;

Celebrar parcerias com organizações civis sem fins lucrativos que tenham por finalidade estatutária a promoção do esporte, com objetivo de executar projetos esportivos com crianças, adolescentes, adultos e idosos, principalmente nos locais de baixa renda;

Celebrar parcerias com o Governo Federal; Patrocinar atletas de diversas modalidades esportivas que levarão o nome do Rio Grande do Norte nas diversas competições que participarão;

Organizar e executar, de dois em dois anos, os **JOGOS ESCOLARES E UNIVERSITÁRIOS ESTADUAIS**, envolvendo diversas modalidades esportivas;

As demais propostas esportivas serão construídas por ocasião da participação da sociedade na construção do Plano Estadual de Esporte.

15) COMBATE CERRADO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Felizmente, a violência contra a mulher é um tema cada vez discutido nas campanhas eleitorais. A Casa da Mulher Brasileira, parte do programa “Mulher, viver sem violência” representa um passo importante: possui atendimento psicossocial, delegacia e juizado especializado, brinquedoteca, entre outros serviços que possibilitam acolhimento de mulheres em situação de violência. No entanto, pouco saiu do papel.

Não combateremos a violência se não houver vontade política, tampouco sem investimento. Atualmente, se investem no estado apenas 86 centavos por mulher em políticas de proteção à mulher. Nas únicas cinco delegacias especializadas de atendimentos às mulheres do Rio Grande do Norte – um número evidentemente insuficiente – a situação é precária, não há estrutura nem efetivo fixo. É preciso **AMPLIAR O ATENDIMENTO NAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS, DE FORMA A ATENDER 24 HORAS POR DIA, todos os dias.**

O PSOL no governo desenvolverá **CAMPANHAS EDUCATIVAS** em formato de cartilhas e vídeos institucionais, sobre como proceder em casos de violência, além de incentivo à denúncia. Também realizaremos **FORMAÇÃO PARA SERVIDORES** identificarem situações de violência contra a mulher e saberem como proceder.

Outra questão que não pode mais ser negligenciada é o **TURISMO SEXUAL**. É preciso **ENDURECER A FISCALIZAÇÃO E A PUNIÇÃO EXEMPLAR DE AGÊNCIAS DE TURISMO E PUBLICITÁRIAS QUE LUCRAM EM TORNO DA EXPLORAÇÃO DE MULHERES**, muitas vezes jovens e crianças. Também seremos severos no combate ao tráfico de mulheres, algo inadmissível que persiste em nosso estado.

Tanto para enfrentar a violência doméstica e familiar, como a violência que envolve as mulheres em situação de prostituição, é preciso apresentar alternativas de trabalhos que permitam de fato viabilizar a independência econômica e uma vida digna. Muitas vezes as mulheres recebem um salário inferior para exercer a mesma função que um homem. Também ocupam, principalmente, trabalhos informais para conseguirem conciliar com as tarefas do lar. PARA TRABALHO IGUAL, DEFENDEMOS SALÁRIO IGUAL!

16) CHEGA DE CORRUPÇÃO E PRIVILÉGIOS DOS POLÍTICOS. FIM DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHA E REFORMA POLÍTICA JÁ

A elite política e as grandes empresas no Brasil garantem o controle do sistema político, rejeitado pelo povo nas ruas, através do seu poder econômico, financiando as campanhas dos partidos e dos candidatos e cobrando a fatura depois. A imprensa noticia todo dia as fraudes nas licitações. Veja-se o Propinoduto Tucano, em São Paulo, e o Mensalão.

A política de privatizações, a transferência de recursos públicos para o setor privado e o sistema de licitações é o outro lado da mesma moeda, onde as empresas cobram de volta seus “investimentos” nos candidatos e partidos. Seja em nível federal, estadual ou municipal, as bases do poder político no Brasil são o fisiologismo, que é o loteamento da máquina pública em troca de apoio político; o clientelismo, que é a concessão de algum benefício à população, a um bairro, uma cidade ou estado em troca de apoio eleitoral; e o nepotismo, que é o emprego de parentes na máquina pública, que hoje, para burlar a lei, ocorre de forma cruzada: um prefeito emprega os parentes do prefeito da cidade vizinha e aquele retribui da mesma forma. Propositalmente, os estados e prefeituras não fazem concursos, para poderem empregar, via favores, centenas de milhares de cargos comissionados.

O sistema político capitalista brasileiro desta forma apodrece e torna-se um grande balcão de negócios, privilegiando quem já está no poder. As grandes manifestações de junho de 2013 mostraram o repúdio do povo a esse sistema e aos políticos tradicionais, o divórcio entre o que espera o povo e a prática corrompida dos partidos políticos no Brasil. O PSOL rejeita toda essa velha forma de fazer política e defende uma VERDADEIRA REFORMA POLÍTICA, que ataque o mal pela raiz.

A primeira tarefa é ACABAR COM TODO E QUALQUER PRIVILÉGIO DOS POLÍTICOS. A política tem que deixar de ser uma carreira e um grande negócio, onde muitos entram apenas para “se dar bem”. O SALÁRIO DOS POLÍTICOS NÃO PODE SER MAIOR do que o de um trabalhador médio ou o de seu último emprego. Por outro lado, é necessário REDUZIR EM MAIS DE 90% OS CARGOS COMISSIONADOS, instituindo CONCURSOS PARA TUDO, dando chance igual a todos de ingressarem na máquina pública, com valorização dos funcionários concursados. Outras medidas são: FIM DOS PRIVILÉGIOS, como carros oficiais ou altas aposentadorias especiais; IGUALDADE NO TEMPO DE PROPAGANDA POLÍTICA e o fim da venda do tempo de TV através das coligações; FIM DO FINANCIAMENTO PRIVADO DAS CAMPANHAS PELAS EMPRESAS; ADOÇÃO DO FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHA, com liberdade de contribuição de pessoas físicas; FIM DA COMPRA DE VOTOS através da contratação de cabos eleitorais pagos, que deveria ser considerado crime, dentre outras medidas que democratizem a política.

Na verdade, para operar tudo isso, seria preciso reorganizar o país através de uma nova ASSEMBLEIA POPULAR CONSTITUINTE, exclusiva, com plenos poderes, com deputados que possam ser eleitos inclusive sem partido, representando os movimentos sociais, em uma eleição sem interferência do poder econômico.

A tarefa é substituir essas instituições apodrecidas e vazias de representatividade construindo novas, que reflitam a vontade da maioria do povo, o que não ocorre hoje. Criar mecanismos de DEMOCRACIA DIRETA, que permitam ao povo tomar a política e a economia em suas próprias mãos, para colocá-las a serviço dos interesses da maioria. A REVOGABILIDADE DOS MANDATOS DOS POLÍTICOS é um instrumento fundamental na construção de uma viva e participativa democracia.

Nesta reorganização do Brasil precisamos promover mudanças legais que permitam maior CONTROLE SOCIAL SOBRE AS INSTITUIÇÕES E OS AGENTES POLÍTICOS, como o fim dos sigilos, fim da permissão aos agentes políticos de fazerem negócios na esfera privada, um PARLAMENTO NACIONAL ÚNICO, fim da impunidade aos criminosos do colarinho branco, a maioria soltos (os presos do mensalão são a exceção que confirma a regra), enquanto os presídios estão abarrotados de pobres.

17) COMO FINANCIAR TUDO ISSO?

Mas de onde viriam os recursos para poder fazer o aqui proposto. Pode-se imaginar que as propostas aqui feitas são difíceis de aplicar. Mas com a força da mobilização da sociedade e com recursos elas seriam possíveis. Se o estado tem dinheiro para gastar com um estádio, com obras nem sempre prioritárias e gasta milhões com privilégios e ineficiência na gestão atual, porque não haveria recursos para as medidas aqui propostas?

Em primeiro lugar, seria preciso CORTAR COM RIGOR OS EXCESSOS NA MÁQUINA PÚBLICA, COMO GASTOS COM CUSTEIO, VIAGENS, PUBLICIDADE, CARGOS COMISSIONADOS etc. Outra forma é ELEVAR A ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS, INFORMATIZANDO E AUMENTANDO O RIGOR NA COBRANÇA SOBRE AS GRANDES EMPRESAS. Estima-se em pelo menos 30% a sonegação em alguns impostos no estado. Só ISSO PODERIA NOS DAR ENTRE 1 E 2 BILHÕES A MAIS NO ORÇAMENTO ESTADUAL ANUAL. É muito dinheiro, que daria para fazer uma revolução na educação e na saúde, por exemplo.

Se a sociedade tiver a certeza de que vai haver retorno em termos melhores serviços, estradas, segurança etc. e ver o combate ao desperdício e à corrupção, a arrecadação de impostos poderá aumentar. Outra fonte seria recorrer aos recursos federais. Boa parte dos recursos para os investimentos aqui propostos poderia vir do BNDES, o banco de fomento nacional. Esse banco não é do governo federal, é do país, e, se ele pode destinar bilhões às grandes empresas privadas, tem obrigação de nos ajudar e iríamos exigir a liberação de recursos também para empresas do estado. Podemos recorrer também ao BANCO DO NORDESTE E A AGENCIAS INTERNACIONAIS. Boa parte das medidas propostas aqui poderia ser realizada através de acordos ou convênios com órgãos nacionais e internacionais.

Além disso, iremos nos somar aos demais estados e aos municípios para cobrar uma melhor repartição do bolo tributário nacional, pois, infelizmente a União ainda fica com quase 70% de toda a arrecadação de impostos no Brasil e isso tem que mudar. Exigiremos A ELEVAÇÃO DOS

REPASSES LEGAIS, através do FPE e do FPM, o que pode nos trazer mais recursos, que sejam retirados não dos programas sociais e sim do pagamento da dívida pública.

18) INICIAR A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DIFERENTE

Sabemos que a nossa capacidade de aplicar esse programa será diretamente ligada à força da mobilização popular, para poder enfrentar a resistência dos grandes interesses econômicos que regem o país e o estado. Se chegarmos ao governo, poderemos ser cercados por uma maioria conservadora do poder judiciário, por uma maioria igualmente conservadora na Assembleia Legislativa, pelos grandes interesses empresariais conservadores, que buscarão a todo custo defender o sistema capitalista, excludente e desigual, como ele é atualmente. O legado do nosso governo será, portanto, não só as importantes mudanças sociais e transformações que propomos implementar, mas também impulsionar a mobilização da população para desconstruir as estruturas de poder atual, como um passo na construção de uma sociedade diferente, uma sociedade libertária, solidária, verdadeiramente democrática e socialista.

CONTRA A VELHA POLÍTICA, VOCÊ TEM OPÇÃO, VOCÊ TEM PSOL!